

# TRAJETÓRIAS HISTÓRICAS DA EDUCAÇÃO NO PIAUÍ

## HISTORICAL TRAJECTORIES OF EDUCATION IN PIAUÍ

## TRAYECTORIAS HISTÓRICAS DE LA EDUCACIÓN EN PIAUÍ

José Marcelo Costa dos Santos<sup>1</sup>

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Maria do Amparo Borges Ferro<sup>2</sup>

Universidade Federal do Piauí – UFPI

### Resumo

O presente texto apresenta algumas das trajetórias históricas da educação piauiense, no sentido de mostrar aspectos relativos aos processos e movimentos sociais e políticos que marcaram a construção do sistema educacional no estado em questão, do século XVIII ao século XX. O objetivo geral é analisar trajetórias históricas da educação no Piauí, mediante apanhados bibliográficos. Especificamente, buscamos: apresentar aspectos históricos da educação brasileira, com foco no contexto piauiense; discorrer sobre movimentos e políticas de implantação do sistema educacional no Piauí; caracterizar os principais momentos históricos da educação nesse estado. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, desenvolvida por meio de estudo teórico, do tipo bibliográfico, com base em consultas às obras de autores como: Brito (1996), Ferro (1996), Sousa Neto (2013), Villela (2008; 2000), dentre outros. O estudo mostrou que a questão da educação escolar no Piauí ocorreu a passos lentos e se processou a partir de dilemas, controvérsias e paradoxos entre o instituído e o executado, sendo marcada pela escassez de professores e falta de estrutura nas escolas, além de ineficazes tentativas de implantação da instrução escolar, tornando-se uma questão entre séculos.

**Palavras-chave:** Brasil; Educação; Piauí; Trajetórias Históricas.

### Abstract

This text presents some of the historical trajectories of education in Piauí, in order to show aspects related to the social and political processes and movements that marked the construction of the educational system in the state in question, from the 18th to the 20<sup>th</sup> century. The general objective is to analyze historical trajectories of education in Piauí, through bibliographic research. Specifically, we seek to: present historical aspects of Brazilian education, focusing on the context of Piauí; discuss movements and policies for implementing the educational system in Piauí; characterize the main historical moments of education in this state. This is a qualitative study, developed through a theoretical bibliographic study, based on consultations with authors such as Brito (1996), Ferro (1996), Sousa Neto (2013), Villela (2008; 2000), among others.

<sup>1</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal do Piauí, Professor Adjunto da Universidade Federal do Maranhão, Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Formação e Práticas da Docência em Língua Portuguesa (GEFPDOCLP/UFMA/CNPq) e pesquisador do Núcleo de Educação, História e Memória (NEHME/PPGE/CNPq). E-mai: [marcelo.jose@ufma.br](mailto:marcelo.jose@ufma.br). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1005672294726953>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5612-5601>.

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo, Professora Titular da Universidade Federal do Piauí, no Centro de Ciências da Educação e no Programa de Pós-Graduação em Educação, Líder do Núcleo de Educação, História e Memória (NEHME/PPGE/CNPq). E-mai: [amparobferro@gmail.com](mailto:amparobferro@gmail.com). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8212833454967440>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1584-7007>.



The study showed that the issue of school education in Piauí occurred at a slow pace and was based on dilemmas, controversies, and paradoxes between what was instituted and what was implemented. It was marked by a shortage of teachers and a lack of structure in schools, as well as ineffective attempts to implement school instruction, making it an issue for centuries.

**Keywords:** Brazil; Education; Piauí; Historical Trajectories.

## Resumen

El presente texto presenta algunas de las trayectorias históricas de la educación Piauí, con el fin de mostrar aspectos relacionados con los procesos y movimientos sociales y políticos que marcaron la construcción del sistema educativo en el estado en cuestión, desde el siglo XVIII hasta el siglo XX. El objetivo general es analizar las trayectorias históricas de la educación en Piauí, a través de colecciones bibliográficas. Específicamente, buscamos: presentar aspectos históricos de la educación brasileña, centrándose en el contexto de Piauí; discutir movimientos y políticas para la implementación del sistema educativo en Piauí; caracterizan los principales momentos históricos de la educación en este estado. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, desenvolvida por meio de estudo teórico, do tipo bibliográfico, com base em consultas às obras de autores como: Brito (1996), Ferro (1996), Sousa Neto (2013), Villela (2008; 2000), dentre outros. El estudio mostró que el tema de la educación escolar en Piauí ocurrió a un ritmo lento y fue procesado a partir de dilemas, controversias y paradojas entre lo instituido y lo ejecutado, estando marcado por la escasez de maestros y la falta de estructura en las escuelas, además de intentos ineficaces de implementar la instrucción escolar, convirtiéndose en un problema entre siglos.

**Palabras claves:** Brasil; Educación; Piauí; Trayectorias históricas.

## INTRODUÇÃO

Somos um povo de misturas, de tantas e várias caricaturas que dão forma a todas as construções do Brasil em formato de brasis, incluindo a educação. Pensar na gênese da educação no Piauí é trazer à tona resquícios das educações que a tornaram possível: a educação em travessias da história ao longo dos cursos dos rios em ainda correm em memória coletiva.

Rios oriundos de mares ancestrais, formados a partir de oceanos milenares que correram em águas epistêmicas de berço grego, em que marés de Paideia foram formadas, nas ondulações de pororocas nas quais maiêuticas socráticas deram a direção de uns, ao passo em que duelavam nos encontros das águas da arte e da força, da Filosofia e do poderio bélico.

Assim, formamo-nos seres históricos. Entre navegações, a Lusa se fez em dualismos: educação para fé *versus* a ciência em face da educação. Faróis ergueram-se apontando novas direções, trazendo os sinais dos tempos, em que o prisma do Iluminismo buscava ofuscar a textura do medievo.

Quando o além Taprobana se fez em terras brasis, ecoaram das matas o grito dos que seriam arrebatados e submetidos à “educação”. Formar para salvar, tirar da selvageria, tornar “bom” o “mal selvagem”, o ser “sem”, precisando ser preenchido de valores e



conceitos para que fosse “civilizado”. Foi assim que a educação tomou seus primeiros fôlegos, sob imposições e segregações sobre quem tinha e quem não tinha ou, ainda, quem não poderia ter.

Educar significou tirar, violentar, deixar de ser, morrer. Ao passo que também pode ser entendida como uma mola propulsora de resistências, de lutas em busca de uma igualdade que jamais viria, mas que fora latejante em diversos povos ao longo de nossa história, protagonistas em movimentos, alianças, levantes e conquistas de poder.

O presente texto apresenta algumas das trajetórias históricas da educação piauiense, no sentido de mostrar aspectos relativos aos processos e movimentos sociais e políticos, que marcaram a construção do sistema educacional no estado em questão, do século XVIII ao século XX, numa perspectiva de caracterização a partir de fontes históricas.

O objetivo geral é analisar trajetórias históricas da educação no Piauí, mediante apanhados bibliográficos. Especificamente, buscamos: apresentar aspectos históricos da educação brasileira, como foco no contexto piauiense; discorrer sobre movimentos e políticas de implantação do sistema educacional no Piauí; e caracterizar os principais momentos históricos da educação nesse estado.

Buscamos o entendimento da seguinte problemática de pesquisa: “Como ocorreram as trajetórias de construção e desenvolvimento do ensino no Piauí, ao longo dos períodos históricos?”. Tal questão foi motivada a partir de indagações sobre o fato de o Piauí ter sido a província que mais tardiamente recebeu a instrução escolar, considerando as regiões do entorno desse território.

Nestes termos, a pesquisa permite a reconstituição de um passado histórico, de possíveis interpretações de como ocorreram os intentos de implantação das escolas piauienses pioneiras, enfatizando tempos, pessoas e lugares, na ótica de que “conhecer o passado é uma façanha tão extraordinária quanto alcançar o infinito ou contar estrelas, já que, mesmo bem documentado, ele tende a se tornar fugidio e imenso em sua extraordinária dimensão e variedade de situações”. (LOWENTHAL, 1981, p. 73).

Este estudo fomentou analogias e compreensões sobre tempos históricos a partir travessias entre séculos, posto que “o estudo da história proporciona uma experiência semelhante àquela que obtemos quando viajamos para um lugar que ainda não conhecemos. [...] nos mostra o quanto somos universais e, ao mesmo tempo, particulares”. (GALVÃO; LOPES, 2010, p. 11).

Assim, entendemos que este artigo se faz importante, dentre outros fatores, porque tende a contribuir com as produções em História da Educação no Brasil, enfocando o



cenário piauiense, principalmente no que diz respeito à gênese da formação escolar, em termos de instrução primeira, escolas e professores pioneiros.

## MÉTODO OU METODOLOGIA

Este estudo compreende um apanhado bibliográfico, de natureza qualitativa (MALHEIROS, 2011). Segundo Severino (2007), este tipo de pesquisa caracteriza-se pela busca, identificação e análise de referenciais sobre temática específica. No caso desse artigo, realizamos consulta em livros e em artigos publicados em periódicos científicos.

Para Marconi e Lakatos (2010, p. 166), a finalidade da pesquisa bibliográfica “é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto”. De acordo com essas autoras, o estudo bibliográfico não se restringe a repetições do que já foi publicado, mas propõe uma nova discussão a partir de relações teóricas.

Moreira e Callefe (2008), por sua vez, esclarecem que a pesquisa bibliográfica não é uma simples revisão de literatura, repetindo-se mais do mesmo, ao contrário, oportuniza discussões a partir de proposições teóricas, com vista a contribuições no campo no qual se insere, ampliando a discussão da temática, contemplando, bem como provocando novos estudos.

Nesses termos, a metodologia empregada compreendeu os seguintes procedimentos:

- a) Escolha do tema;
- b) Delimitação do objeto de estudo;
- c) Identificação de referenciais teóricos (livros e periódicos) passíveis de consulta;
- d) Leitura sistemática dos textos selecionados;
- e) Construção de fichamentos temáticos;
- f) Escrita da discussão a partir das relações entre os referenciais.

Os livros consultados são originários de acervos particulares dos pesquisadores e de bibliotecas de instituições de ensino superior, ao passo que os textos de periódicos se encontram em revistas especializadas do campo das Ciências Humanas. A proposta de escrita se constrói, ainda, mediante o olhar dos próprios pesquisadores frente ao objeto estudado.



## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Entre períodos históricos desenhou-se o cenário da educação brasileira. Não tivemos uma efetivação de políticas que, em curto prazo, dessem grandes resultados, uma vez que sendo colônia e campo de exploração de Portugal, o que nos restou foram tentativas, muitas vezes frustradas, de consolidação de uma instrução que mais servia aos próprios interesses das elites de cada época do que ao povo.

Desde o século XVI, iniciando pela ação catequético-pedagógica dos religiosos da Companhia de Jesus, ao que se teve nas transições da Colônia para o Império, e deste para a República, tivemos divergentes e antagônicas etapas de busca da efetivação da instrução do povo brasileiro mediante práticas educativas.

### A instrução escolar no Brasil: dos jesuítas a Pombal

Tendo sido os pioneiros, os jesuítas desenvolveram uma educação que se instituiu entre dilemas, pois indígenas foram violentados de diversas formas para se tornarem “cristãos”. Perderam sua língua materna, modificaram seu jeito de ser e viver nas matas e florestas, aprendendo para servir e/ou ser úteis ao ofício jesuíta, diferentemente dos filhos dos colonos, como nos esclarece Aranha (2006, p. 142):

As primeiras escolas reuniam os filhos dos índios e dos colonos, mas a tendência da educação jesuítica que se confirmou foi separar os “catequizados” e os “instruídos”. A ação sobre os indígenas resumiu-se então em cristianizar e pacificar, tornando-os dóceis para o trabalho nas aldeias. Com os filhos dos colonos, porém, a educação podia se estender além da escola elementar de ler e escrever, o que ocorreu a partir de 1573.

Dessa forma, a questão das desigualdades, inclusive na educação, vem da origem de nossa sociedade, a instrução aos indígenas servia para torná-los “úteis” aos colonos, para além da força braçal já utilizada na extração das riquezas, em tempos de escambo e trabalho forçado, ao passo que a ideia de educação para os colonos existia sob objetivos mais amplos, seguramente mais pedagógicos e com maior zelo se comparado a dos nativos.

A pedagogia jesuítica foi a primeira tentativa de promoção de uma educação no sentido da formação a partir de uma linha pedagógica, embora de caráter ideológico e intimamente doutrinal. Segundo Saviani (2009, p. 50), a “Companhia de Jesus deu início à elaboração de um plano de estudos a ser implantado em todos os colégios da Ordem em todo o mundo, o qual ficou conhecido pelo nome de *Ratio Studiorum*”.



O modelo de educação dos jesuítas se instituiu como a possibilidade de implantação de uma espécie de instrução elementar na colônia, subsidiada por um método que integrava, além de um currículo, uma ação missionária, ou seja, uma educação que formava em termos de conceitos, mas também em religiosidade e doutrinação.

Os jesuítas que desenvolveram o ofício de ensinar durante o período colonial foram formados em cursos desenvolvidos pela Igreja Católica e, sob o crivo de Inácio de Loyola, eram designados ao exercício da função. Ressaltamos que a instituição primeira de formação desses padres professores foi o Colégio Romano, criado pelo próprio Loyola, estabelecimento que funcionou como uma “[...] Escola Normal Superior que prepararia, entre os estudantes da Ordem, os futuros professores, adestrando-os nos melhores métodos e pondo-os em contato imediato com os educadores mais abalizados”. (FRANCA, 1952, p. 10).

Os jesuítas eram estudiosos de Teologia, Filosofia, Retórica etc. A educação desenvolvida por esses religiosos teve grande relevância, se considerarmos a escassez de condições da própria colônia em oferecer algum tipo de instrução. O currículo, dentre outros desdobramentos, organizava-se a partir do modelo europeu, com uma clientela seleta, a depender do objetivo da instrução.

[...] a presença dos jesuítas no Brasil constituiu fatores importantes para a educação, já que a própria Coroa não dispunha de meios para educar as massas populares, a burguesia e a própria nobreza. Dessa forma, o ensino jesuítico cumpriu esse papel, contribuindo para a sistematização da educação na colônia. Importa esclarecer aqui que, no período colonial, a educação voltava-se à elite, excluindo no seu âmbito os menos afortunados, como mulheres, negros e pobres. (ALMEIDA, 2014, p. 122).

A prática educativa jesuítica insere-se em um plano de educação que atingiu diversas categorias e, por esta razão, apresentava distinções nos conteúdos, considerando que cada grupo tinha uma razão específica ao frequentar os cursos de instrução oferecidos pelos inicianos, quer em nível de estudos menores, quer no nível superior.

Cabe ressaltar que, ao utilizarmos a expressão “prática educativa jesuítica”, nos reportamos à ação dos religiosos da Companhia de Jesus que desenvolviam atividades de instrução e/ou de doutrinação dos povos nativos nas terras do Brasil durante o período colonial.

Até então, mesmo que oferecido gratuitamente, os jesuítas cumpriam sua missão educacional focalizando suas atividades na formação dos herdeiros das classes dominantes, geralmente, constituídas pelos donos de terras. Vale ressaltar também que a ação pedagógica dos padres da Companhia de Jesus era voltada conjuntamente para aos índios, porém com objetivos



distintos da prole dos abastados, uma vez que a educação que realizavam com os nativos era uma operação missionária visando a captação de fieis servidores. (MONTI, 2018, p. 79).

Sendo a expressão máxima de conhecimento na colônia, os padres da Companhia de Jesus desenvolveram uma espécie de educação missionária para algumas classes de alunos e, para outros, uma formação diversificada com intuito de preparar filhos de famílias abastadas para prosseguirem em estudos posteriores. Formaram um colegiado de professores de excelência, mas também de contradições e equívocos.

Os jesuítas detiveram o controle da educação até 1759 quando, por meio do Alvará Régio, Sebastião de Carvalho e Melo – o Marquês de Pombal – decreta a expulsão dos religiosos de todos os territórios lusitanos. Se considerarmos esse período, talvez tenhamos, ainda que em face de pontos de fragilidade evidentes, uma possível construção (inacabada) de um projeto educacional nacional com as famosas reformas pombalinas que, dentre outras ações, trouxe a instituição das Aulas Régias no Brasil, em 1772.

De acordo com Villela (2000, p. 97), “A expulsão da Companhia de Jesus dos domínios portugueses, após séculos de predominância na nossa educação, faz com que se inicie nesta colônia, um processo de laicização da instrução com o envio dos professores régios”, o que caracterizou um período de descontrole e precarização do ensino.

A Campanha das Aulas Régias inicia-se em Minas Gerais, tendo como sujeitos os mestres de primeiras letras ou secundários que não tinham formação específica para o exercício da docência, sendo aceitos a partir de um processo simples e com base nas cadeiras ofertadas, ou seja, para as de instrução básica não era necessária formação comprovada, já para as línguas, geralmente eram inscritos padres por terem especificidade de conhecimento desta cátedra, como enfatiza Fonseca (2009, p. 78):

Para serem admitidos ao cargo e autorizados a exercerem o ofício, era necessário o candidato inscrever-se por meio de convocação de um edital ou fazer um requerimento individual encaminhado à autoridade competente. Dessa forma, o pretendente ao cargo deveria preencher os seguintes quesitos: ser aprovado no exame de conhecimentos, ser reconhecido como bom cristão na localidade e ter bons costumes, contudo, para o ensino de Primeiras Letras, não era necessário comprovar formação específica.

A este respeito, Villela (2000) faz outros apontamentos, no sentido de chamar atenção para a discussão de fatos marcantes do início da escolarização primária no Brasil: o fato de que qualquer pessoa poderia desempenhar a função de professor, desde que detivesse alguma habilidade no trato da leitura, da escrita e do cálculo.

Se a prática de ensino inaciana não resistiu à chegada das reformas pombalinas,



estas também não somaram tantas vitórias, visto que “inicia-se com dois passos distintos que apenas são convergentes, na medida em que ambos se dirigem intencionalmente a eliminar os jesuítas e, quanto possível, a curto prazo, os religiosos em geral” (ANDRADE, 1978, p. 04).

Temos, se interpretarmos a questão dos sistemas de educação, a possível primeira reforma da instrução no país, dando início a diversas que se seguiriam. O Estado passa a controlar o ensino, embora reconheça ainda a hierarquia eclesial da Igreja Católica, que se subordina ao poderio imperial. O Alvará Régio extingue os colégios e missões jesuíticas, passando a ofertar uma educação racionalista a partir da criação de aulas régias, nas quais deveriam ser oferecidas cadeiras de Línguas, Retórica e Filosofia.

### A instrução escolar no Piauí

Em se tratando das terras piauienses, entretanto, não podemos dizer que se desenvolveu aqui uma educação jesuítica, tendo em vista que os congregados de Inácio de Loyola se empenharam, com afinco, na administração do legado deixado por Domingos Afonso Mafrense, o que inclusive incidiu diretamente no processo de expulsão desses religiosos do Brasil, por ação do Marquês de Pombal, em 1759.

No Piauí, a questão da instrução se deu a passos mais lentos que em outros estados do país e em longo prazo, já que em nosso território a educação foi acontecendo em pequenas escalas, iniciando nas fazendas, nas casas e somente depois nos grupos escolares. Se na História do Brasil foram os jesuítas os precursores da instrução escolar, na historiografia piauiense os registros apontam para situação diferente.

De acordo com os estudos de Brito (1996), um fato marcante contribuiu para que os padres inacianos não se dedicassem ao ensino nas terras piauienses: o legado financeiro deixado por Domingos Afonso Mafrense, bandeirante pioneiro no processo de desbravamento dos territórios do Estado.

Com a morte de Domingos Afonso Mafrense, 1711, as fazendas por ele legadas, em território piauiense, ao Colégio da Bahia passaram a ser administradas pelos padres Jesuítas do ciclo maranhense. A administração das fazendas absorve a atenção dos padres de tal modo que não lhes deixa espaço para as atividades culturais e educacionais, nas quais foram atuantes em outras regiões da Colônia (BRITO, 1996, p. 13).

Tratando dessa questão, Ferro (1996) também faz referência ao fato de os jesuítas não desenvolverem aqui uma atividade de ensino como fizeram em outros locais, a exemplo da Bahia. Suas atividades tiveram um caráter mais voltado à administração das





propriedades do que ao ensino do *Ratio Studiorum*. A herança deixada por Domingos Mafrense, em forma de fazendas de gado, era estimada em verdadeira fortuna, que passou a servir de mantenedora de estabelecimentos de ensino criados pelos jesuítas em outras províncias.

No Piauí, a atividade dos jesuítas foi menos de educadores e mais de religiosos missionários na catequese, e de administradores das fazendas que iriam manter financeiramente os colégios da Bahia, onde se exercia a escolaridade de maior qualidade (FERRO, 1996, p. 57).

Conquanto Brito (1996) e Ferro (1996) façam referência às tímidas tentativas dos jesuítas de implantação de estabelecimentos de ensino no Piauí, a primeira tentativa teria ocorrido no século XVIII, quando os inacianos conseguiram uma licença, mediante alvará (em 1711), para a implantação do que denominaram de *Externato Hospício da Companhia de Jesus*, que não chegou a existir, graças a diversos problemas de instalação, como a distância e a dificuldade de comunicação na província, dentre outros.

Segundo os autores acima, a segunda tentativa ocorrera em 1749, no território do Distrito da Mocha (atual cidade de Oeiras/PI), onde seria implantado o Seminário do Rio Parnaíba, sob a intervenção do Padre Gabriel Malagrida e tendo como regente o Padre Miguel Inácio, mas ocorreu nova frustração e, em virtude de problemas envolvendo conflitos de territórios com indígenas, dentre outras questões, o estabelecimento de ensino foi transferido para Aldeias Altas, território que hoje corresponde ao município de Caxias, no Maranhão.

Destarte, o Piauí ficou sem escola até 1757, quando um alvará imperial dá providências para a criação das duas primeiras escolas no Estado, ambas na então Vila da Mocha, sendo destinadas à instrução primária de meninas e meninos, com especificidades de currículo de acordo com a clientela: “A escola para meninos deveria ensinar a ler, escrever e contar, além de princípios da doutrina cristã. A escola para meninas deveria acrescentar a esse currículo, copiado do plano educacional de Nóbrega, atividades de cozer, fazer renda e outras de caráter doméstico” (COSTA *apud* BRITO, 1996, p. 15).

Esses estabelecimentos pioneiros, em princípio uma grande conquista para o povo do Piauí, não tiveram grande impacto no processo de instrução da população, por conta de diversos fatores: os professores não tinham formação adequada e não eram remunerados por meio de salário, recebiam apenas mantimentos para subsistência em troca do exercício do ofício; a própria população (principalmente os menos favorecidos) não via necessidade de que seus membros tivessem formação escolar, já que estariam fadados à lida com o gado e a outros serviços braçais. O fato é que o Piauí continuava sem escolas e sem um



processo de instrução acontecendo, realmente.

Esta realidade do Piauí sem escolas perdura por bastante tempo. Há várias referências à solicitação da criação de aulas de primeiras letras e/ou de criação de cadeiras de uma ou outra matéria, que, ou não são criadas, ou, se criadas, não chegam a funcionar, ou, se iniciam o funcionamento, são fechadas em seguida (FERRO, 1996, p. 59).

Constam nos estudos de Ferro (1996) e de Brito (1996) que somente no início do século XIX, mais especificamente em 1815, é que foram criadas três escolas de primeiras letras, também denominadas de Cadeiras de Latim, sendo distribuídas em Oeiras e nas vilas de Parnaíba e de Campo Maior.

Nesse processo, um problema antigo se fez presente: a ausência de professores. Na tentativa de conseguir ministrantes para as cadeiras abertas, o então governador da Província, João José Guimarães e Silva, que esteve no cargo em um dos intervalos deixados pelo Visconde da Parnaíba, que governou entre 1823 e 1843, colocou as cátedras para concurso na Bahia. A realidade é que as escolas não lograram êxito outra vez. Somente em 1822, o Piauí passa a contar com os serviços do professor José Lobo Fróis.

O ofício de professor público de primeiras letras não atraía as pessoas da época, por conta do tipo de trabalho, do status do mesmo e do salário que recebia. Como consequência as escolas que eram criadas não funcionavam ou funcionavam por pouco tempo dada à ausência de pessoas interessadas em ocupá-las. (LOPES, 1996, p. 52).

A realidade alarmante da província era motivo de comentários e de preocupações, forçando ações por parte da Junta do Governo em solicitar a criação de cadeiras de instrução e contratação de professores, uma vez que não havia muitas pessoas capacitadas para exercer quaisquer cargos que requeressem instrução, ainda que em moldes básicos, e a situação tendia a não mudar, considerando que os salários oferecidos para professor não eram atrativos, logo, a escassez de pessoas incumbidas do magistério perdurava.

É válido ressaltar, no entanto, que foi a partir da atuação de um padre que a instrução piauiense tomou algum fôlego, a partir do século XIX, ainda que criada pela iniciativa privada. A referência a Padre Marcos de Araújo Costa e à escola da Fazenda Boa Esperança se fazem necessárias, principalmente porque foi nesse local que se deu, entre o gado e as letras, a formação inicial de alguns piauienses.

Brito (1996), Ferro (1996) e Sousa Neto (2013), ao analisarem a questão da instrução escolar piauiense, são enfáticos ao apontarem um suposto interesse governamental sobre a instrução do povo. Fala-se em aulas públicas, cadeiras de instrução, aulas de



primeiras letras, mas que não se configuraram na prática, não alterando a crítica realidade de uma população analfabeta e sem condições, em sua maioria, de obter algum tipo de formação.

Nesse bojo, podemos referenciar alguns marcos em termos de acontecimentos sobre a instrução escolar no Piauí, tomando como base as pesquisas de Alencastre (1981), Brito (1996), Ferro (1996) e Sousa Neto (2013): solicitação de uma cadeira de primeiras letras em Oeiras (1795); entre 1829 e 1831, no governo provincial do Visconde da Parnaíba, foram criadas escolas em Oeiras, São Gonçalo, Poti, Barras, Piracuruca e Jaicós; escolas primárias criadas em Parnaíba e Campo Maior (1815); fundação de escola primária e um curso de Latim (1855); fundação do Liceu Provincial em Oeiras inaugurando o ensino secundário no Piauí (1848).

Vale ressaltar que, conforme apontam os autores acima, o fato de terem sido criadas não significou o funcionamento dessas escolas, inclusive há relatos de que muitas delas não funcionaram ou possuíam grande precariedade tanto na estrutura quanto no número de alunos e de professores.

Esse quadro incide na situação do Piauí como a província que mais tardiamente foi contemplada com a instrução escolar, como afirma Alencastre (1981, p. 89): “O Piauí foi a província que mais tarde recebeu o benéfico favor da instrução. Até 1814 o que se chama de instrução elementar, lhe era dada empiricamente por particulares pouco habilitados para exercerem tão importantes funções”.

Com o povo sem saber ler nem escrever, o poderio econômico, como ocorre desde os primórdios da história humana, implicava na possibilidade de acesso à educação, ou seja, “as iniciativas privadas foram muito relevantes na formação dos grupos dirigentes piauienses, considerando ainda que a ação educadora da família encontrou extensão nos internatos” (SOUSA NETO, 2013, p. 123).

Os filhos dos grandes proprietários de terras e de fazendeiros recebiam a instrução em suas próprias casas e em seguida eram enviados para colégios e internatos em outras províncias ou até em outros países, retornando como novos “doutores” e continuando a hierarquização desigual e segregadora das classes sociais no Piauí.

Além da escolarização regular, das aulas particulares e ensino no próprio âmbito da família, surgem alternativas de estudos que atenderiam à realidade da época. O formal e o informal coexistem, se mesclam e se complementam. Paralelo às iniciativas oficiais, as famílias tratavam de sanar as necessidades ou falhas, na tentativa de oferecer condições para que seus filhos se iniciassem no mundo letrado (FERRO, 1996, p. 94).



Mesmo com essas iniciativas, a situação de precariedade do ensino tinha grandes proporções, inclusive porque nem todos tinham acesso à instrução. A escola da Fazenda da Boa Esperança atendeu a demandas da elite da época, sendo que padre Marcos foi uma importante figura nessa configuração. Segundo Brito (1996), essa escola funcionou a partir de 1820 em virtude do quadro de carência descrito acima, oportunizando cadeiras de instrução primária e secundária, tendo padre Marcos como seu mantenedor, inclusive para alunos de classes menos favorecidas, conforme nos esclarece o autor acima:

[Padre Marcos] Interna-se em sua fazenda Boa Esperança, em Jaicós, onde passa a receber alunos de diferentes classes oficiais, aos quais oferece, além do ensino gratuito, a própria manutenção. [...] O Colégio de Pe. Marcos transpõe os limites da Província para atrair alunos de outras províncias, contribuindo, destarte, para o desenvolvimento educacional, não só do Piauí como das províncias circunvizinhas. Era um centro de irradiação. Além das primeiras letras, ensina o Pe. Marcos a seus alunos latim, francês, retórica, matemática, filosofia e teologia (BRITO, 1996, p. 23- 24).

Dessa forma, no Piauí, a escolarização se deu a partir de processos informais de educação, realizados nas fazendas, nas vilas, onde os professores eram leigos em termos de formação para o ofício do magistério. Se considerarmos o período entre os séculos XVIII e XIX, teremos o desenvolvimento das Aulas Públicas, das Escolas Familiares ou Domésticas (SOUSA NETO, 2013).

Um morador de determinada comunidade poderia ensinar a outros e ser remunerado por isso, sem que houvesse qualquer arregimentação ou institucionalização desse ofício. A esse respeito, podemos referenciar a figura do mestre-escola, que atravessa a História da Educação no Brasil em diversos momentos do ensino.

Se grande parte da população em geral não tinha acesso à escola ou a um professor com formação específica, eram os mestres-escolas os responsáveis pela instrução nas regiões de maior carência, principalmente nas localidades mais longínquas. Pinheiro (2017), ao tratar da figura do mestre-escola, considerando a atuação de Miguel Guarani, assim se reporta:

A carência de escolas e professores no interior do estado do Piauí, na primeira metade do século XX, fez com que a figura do mestre-escola assumisse um papel significativo na educação das crianças nos mais variados municípios. Eram homens que, na maioria dos casos, sabiam apenas ler, escrever e contar, mas que sanavam a carência de professores formados e de escolas municipais e estaduais (PINHEIRO, 2017, p. 61).

Ser um mestre-escola, nas comunidades piauienses, consistia em viver de forma nômade, poderiam ser caracterizados como os “mascates da educação”, que saíam de vila



em vila oferecendo seus serviços. Eram pessoas humildes, de pouca instrução, que desenvolviam uma espécie de pedagogia que visava à alfabetização e ao desenvolvimento de noções básicas de matemática em um curto período.

Não se dedicavam exclusivamente ao ofício de ensinar, uma vez que se tratava de pessoas da lida, que desempenham diversas funções. A esse respeito, Nóvoa (1987, p. 417-418) assim caracteriza os mestres-escolas, considerando a realidade de Portugal, entretanto, com grau de relação bem próxima ao Brasil.

A caracterização sociológica dos mestres-escola não é muito fácil, devido a grande heterogeneidade dos indivíduos que exercem actividades docentes. Há um pouco de tudo: Artesãos que, paralelamente a seu ofício, ensinam as crianças a ler e, por vezes, a escrever: há numerosas referências de sapateiros, barbeiros, carpinteiros, etc., que foram mestres-escola; Particulares que, sobretudo nas cidades, dão lições privadas nas casas dos nobres e dos burgueses ricos, frequentemente a troco de uma simples refeição; Trabalhadores que, impedidos de exercer actividades desgastantes do ponto de vista físico, recebem crianças em suas casas; Homens ligados a vida religiosa, membros de alguma congregação religiosa [...] ou ajudantes dos párcos [...].

Como podemos verificar, o ecletismo de perfis sugere quão marginalizada era a educação piauiense. Todavia, e diferentemente de Portugal, os mestres-escolas construíram uma identidade de destaque nas comunidades, sendo que chegaram, inclusive, a atuar em grupos escolares, como bem enfatiza a pesquisa de Pinheiro (2017), que analisa a inserção de mestres-escolas no ensino público oficial do Piauí no século XX.

Somente em meados do século XIX é que passamos a dar início a “um controle progressivo do Estado sobre a educação formal e as primeiras iniciativas para organizar um sistema de instrução primária” (VILLELA, 2000, p. 99). Vale lembrar que a noção de professor nesse período continua sendo a de um ofício de caráter secundário, sem grandes exigências ou implicações para o seu exercício.

O processo em que alguém se tornava professor era influenciado, inicialmente, pela igreja e, em seguida, o estado assume essa questão, basicamente com a Lei Geral do Ensino, datada de 1827, ou seja, a primeira tentativa de normatização em termos de homogeneizar e hierarquizar o ensino primário (VILLELA, 2008).

Até aqui não há uma efetivação de quaisquer políticas de formação de professor, uma vez que o que pregava a Lei Geral do Ensino não foi posta a cabo na prática. Exatamente pela escassez de escolas e de professores, a figura do mestre-escola foi marcante na educação brasileira, inclusive no Piauí. O século XX trouxe, dentre outras conquistas, a implantação da Escola Normal no Piauí, em 1910, da qual trataremos com



maior afinco no próximo capítulo. Isso fez com que professores fossem formados e o número de escolas primárias e secundárias ganhasse algum fôlego, não sendo ainda suficientes para suprir a demanda.

Prova disso é que, de acordo com pesquisas do IBGE, referenciadas neste trabalho a partir da obra de Pinheiro (2017), na década de 1940, por exemplo, de uma população estimada em 550.271 habitantes entre 5 e 35 anos, apenas 26.782 eram considerados indivíduos que sabiam ler e escrever. Os dados excluem homens e mulheres com mais de 35 anos, o que, possivelmente, reforçaria as estimativas ratificadoras da carência de instrução no território piauiense.

Brito (1996) compreende a história do ensino no Piauí em quatro fases principais, conforme mostra o quadro seguinte:

**Quadro 01** – Períodos da História da Educação Piauiense

PERÍODO	DENOMINAÇÃO	CARACTERIZAÇÃO DO PERÍODO
Primeiro Período	Implantação	Corresponde aos anos de 1733, quando se verifica a primeira tentativa de organização de um estabelecimento de ensino na Província a 1845 quando, no governo do Presidente Zacarias de Góis e Vasconcelos, tenta-se dar uma estrutura administrativa às escolas existentes.
Segundo Período	Estruturação	Estende-se de outubro de 1845, quando pela Lei n. 198, de 4 daquele mês, se estabelece a primeira estrutura administrativa do ensino, até 1910, quando, por iniciativa de um grupo de intelectuais então no poder, começam a ser consolidadas as estruturas de ensino nos níveis e nos graus então mantidos pelo Estado.
Terceiro Período	Consolidação	Vai de 1910, ano em que é baixada a Lei n. 565, disciplinando a estrutura administrativa, didática e disciplinar, de sentido inovador, até 1961, quando se encerra a fase preparatória do processo de sistematização.
Quarto Período	Sistematização	Inicia como advento da lei de Diretrizes e bases da Educação nacional (Lei n. 4.024 de 20/12/1961) e se estende até os dias de hoje.

**Fonte:** Organizado pelos pesquisadores com base em Brito (1996, p. 11-12).

Fizemos este breve apanhado sobre alguns pontos referentes à História da



Educação no cenário piauiense para mostrar quão precária foi nossa instrução inicial e, conseqüentemente, como ficou comprometida a formação escolar dos piauienses ao longo dos séculos, impactando nos processos de formação do professor e na estruturação dos estabelecimentos de ensino.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Piauí, a questão da instrução se deu a passos mais lentos e em longo prazo, já que a educação foi acontecendo em pequenas escalas, iniciando nas fazendas, nas próprias casas de piauienses e depois nos grupos escolares, tendo como “professores” pessoas sem formação para o magistério, que sequer recebiam salários, nos primeiros períodos de instrução.

Entre tentativas frustradas, decretos que existiam apenas no papel, mas que não condiziam com a realidade, a história do ensino no Piauí, em termos de implantação e estruturação, foi marcada por diversos dilemas sobre alguns dos quais discorreremos nesta escrita, em que apresentamos o quadro precário que caracterizou os séculos XVIII, XIX e início do século XX.

Mostramos como se deu o processo de implantação da instrução escolar no contexto piauiense, sendo possível uma análise de aspectos da história da educação nesta então província. Foi possível, ainda, verificarmos o processo de implantação das primeiras escolas, bem como a caracterização do cenário educacional do Piauí numa visão secular.

Já dizia Freire (1999, p. 33): “Todo amanhã se cria num ontem, através do hoje. De modo que o nosso futuro se baseia no passado e se corporifica no presente. Temos de saber o que fomos e o que somos, para saber o que seremos”. Assim, é preciso compreender a história para construir aportes sobre história.

Nesta esteira, o estudo mostrou que a questão da instrução escolar na região da província do Piauí e já no próprio Estado ocorreu a passos lentos e se desenhou a partir de dilemas, controvérsias e paradoxos entre o instituído e o executado, sendo marcada pela escassez de professores e falta de estrutura nas primeiras escolas.

## REFERÊNCIAS



ALMEIDA, Wilson Ricardo Antoniassi. A educação jesuítica no Brasil e o seu legado para a educação da atualidade. **Revista GRIFOS**, n. 36/37, 2014, p. 117-126. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/download/2540/1764> Acesso em: 01 abr. 2023.

ALENCASTRE, José Martins Pereira. **Memória cronológica, histórica e corográfica da Província do Piauí**. 2. ed. Teresina: COMEPI, 1981.

ANDRADE, Antônio Alberto Banha de. **A Reforma Pombalina dos Estudos Secundários no Brasil**. São Paulo: Saraiva, 1978.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia: geral e do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

BRITO, Itamar de Sousa. **História da Educação no Piauí**. Teresina: ADUFPI, 1996.

FERRO, Maria do Amparo Borges. **Educação e Sociedade no Piauí Republicano**. Teresina, 1996. 138 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal do Piauí.

FONSECA, Marcus Vinícius. **População Negra e Educação: o perfil racial das escolas mineiras no século XIX**. Belo Horizonte, MG: Editora Mazza, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 20. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRANCA, L. **O método pedagógico dos Jesuítas: Ratio Studiorum**. Rio de Janeiro: AGIR, 1952. Disponível em: [http://arquivos.cruzeirosuleducacional.edu.br/principal/old/revista\\_educacao/pdf/volume\\_1/art1diva.pdf](http://arquivos.cruzeirosuleducacional.edu.br/principal/old/revista_educacao/pdf/volume_1/art1diva.pdf) Acesso em: 14 fev. 2023.

LOPES, Antonio de Pádua Carvalho. **Benméritos da instrução: a feminização do magistério primário piauiense**. Fortaleza: UFC/PPGE, 1996.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; LOPES, Eliane Marta Teixeira. **Território Plural: a pesquisa em história da educação**. São Paulo: Ática, 2010.

LOWENTHAL, David. **Como Conhecemos o Passado: Projeto História (17)**. São Paulo: EDUC, 1981.

MALHEIROS, Bruno Taranto. **Metodologia da pesquisa em educação**. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MONTI, Ednardo Monteiro Gonzaga do. Aulas régias: luz que emana do trono. **Quaestio**, Sorocaba, SP, v. 20, n. 1, p. 73-89, abr. 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/Mar/Downloads/3065-Texto%20do%20artigo-7376-1-10-0180423.pdf> Acesso em: 15 abr. 2023.





MOREIRA, Herivelto; CALEFFE, Luiz Gonzaga. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

NÓVOA, Antonio. Do mestre-escola ao professor do ensino primário: subsídios para a história da profissão docente em Portugal (séculos XV-XX). In: **Análise Psicológica**. 1987, v.3, p. 413- 440.

Disponível em: <[http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/2200/1/1987\\_3\\_413.pdf](http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/2200/1/1987_3_413.pdf)>. Acesso em 29 abr. 2023.

PINHEIRO, Cristiane Feitosa. **Entre o giz e a viola**: práticas educativas do mestre-escola Miguel Guarani, no Vale do Guaribas/PI (1938-1971). Teresina, 2017. 281 p. Tese (Doutorado em Educação). Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal do Piauí.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia**. Campinas: Autores Associados, 2009.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUSA NETO, Marcelo de. **Entre vaqueiros e fidalgos**: sociedade, política e educação no Piauí (1820-1850). Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2013.

VILLELA, Heloísa de O. S. O Mestre-Escola e a Professora. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 95-134.

VILLELA, Heloisa de Oliveira Santos. A Primeira Escola Normal do Brasil. In: ARAUJO, J.C.S. FREITAS, A.G.B. e LOPES, A. P.C. (Orgs.). **As Escolas Normais no Brasil**: do Império a República. Campinas: Editora Alínea. 2008.

**Artigo recebido em:** 26 de junho de 2023.

**Aceito para publicação em:** 5 de outubro de 2023.

**Manuscript received on:** June 26, 2023.

**Accepted for publication on:** October 5, 2023.

Endereço para contato: Universidade Federal do Amazonas, Faculdade de Educação/FACED, Programa de Pós-Graduação em Educação, Campus Universitário, Manaus, CEP: 69067-005, Manaus/AM, Brasil

